



**DECISÃO DE RECURSO EM PROCESSO LICITATÓRIO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PREGÃO Nº 0001/2023**  
**MODO DE DISPUTA ABERTO**

**Processo nº: 000178/2023 de 06/01/2023**  
**Modalidade: Pregão nº 0001/2023**  
**Forma: Eletrônico**  
**Edital nº: 0016/2023**  
**Tipo: Menor Preço por Item**  
**REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**

**Objeto:** Contratação de Empresa especializada para fornecimento de **UM CAMINHÃO COMPACTADOR**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Carmo, Convênio nº 936802/2022, FUNASA, conforme solicitação Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de acordo com as condições e especificações contidas no **Anexo (Proposta e Preços)** e **Anexo (Termo de Referência)**, partes integrantes deste Edital.

**VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO:** O valor total estimado para aquisição do objeto deste pela Administração é de **R\$ 861.066,67 (oitocentos e sessenta e um mil, sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, conforme os valores constantes no **Anexo (Termo de Referência)**, partes integrantes deste Edital.

**Relatório**

Trata-se de recurso interposto pela empresa **ECS COMÉRCIO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.206.867/0001-00, devidamente qualificada, que visa a reforma da decisão que habilitou outra licitante, a empresa **FORZA DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ nº 46.135.499/0001-45, em processo licitatório que visa a Contratação de Empresa especializada para fornecimento de **UM CAMINHÃO COMPACTADOR**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Carmo, Convênio nº 936802/2022, FUNASA.

Em resumo, o Recorrente alega que a empresa Recorrida não pode participar do certame na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), nem ao menos receber os benefícios concernentes à Lei Complementar Federal nº 123/2006, tendo em vista que o seu sócio anterior é proprietário de outra empresa que teria receita bruta acima de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), desobedecendo ao disposto no art. 4º, IV da referida lei.

Além disso, alega-se que por meio do (anexo 01), que foi constituída inicialmente, com o nome empresarial **FIBRA DIST. E LOGISTICA LTDA**, tendo sido alterada para **FORZA DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS LTDA**, por meio da 1ª alteração contratual (anexo 02), e, posteriormente, para **FORZA DISTRIBUIDORA LTDA**, por meio da 3ª alteração contratual (anexo 04).

Alega também que o único sócio no momento da constituição da sociedade unipessoal era o Sr. **Jair Balduino de Souza** único sócio de outra empresa **FIBRA DISTRIBUIÇÃO & LOGISTICA EIRELI**.

Por fim, pede a inabilitação da Recorrida e a consequente convocação do segundo colocado para apresentação de proposta, avaliação de documentos e posterior e eventual adjudicação em seu favor.

Devidamente intimada do recurso aviado, a Recorrida ficou-se inerte, não apresentando as contrarrazões nem manifestando pretensão contrária à Recorrente.

É o relato do necessário, decidido.

**Dos Fundamentos**



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura Municipal do Carmo**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**Administração 2021/2024**

Proc. Nº: 000178/2023

Fls.: \_\_\_\_\_

Rubrica: \_\_\_\_\_

Como visto através da prova anexa ao recurso, a empresa habilitada e ora Recorrida incorreu em problemas que não puderam ser notados quando de sua habilitação.

Primeiramente, verifica-se que quanto ao ponto alegado pelo Recorrente, de fato, existem divergências entre a documentação apresentada na sessão de licitação pela empresa FORZA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 46.135.499/0001-45, uma vez que esta apresentou somente a 5ª Alteração Contratual, e a prova anexa ao Recurso (que inclusive não foi contestado), indica que existem outras quatro alterações anteriores à apresentada, que inclusive, muda o proprietário.

Além disso, a documentação apresentada pelo Recorrente demonstra que o Sr. José Balduino é proprietário único de outra empresa (FIBRA DISTRIBUIÇÃO & LOGISTICA EIRELI), que não cumpre os requisitos da Lei Complementar Federal 123/2006 por ter faturamento superior ao limite legal, o que restou comprovado com a apresentação de contrato social e balanço patrimonial da aludida empresa.

Entretanto, é de se perceber que há evidente conluio e ação conjunta da empresa Recorrida com a empresa FIBRA DISTRIBUIÇÃO & LOGISTICA EIRELI.

Isso demonstra que há nítida violação ao disposto no art. 3º, §4º, IV da Lei Complementar Federal nº 123/2006, que assim dispõe:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

§4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

Dessa forma, imperioso o acolhimento das razões recursais, ante a clara comprovação da violação aos dispositivos editalícios e legais, por parte da empresa habilitada.

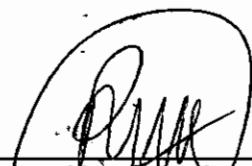
### 3. Do Dispositivo

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO AO RECURSO** para inabilitar a empresa FORZA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 46.135.499/0001-45 no certame em epígrafe, pelos fundamentos acima alinhavados, e, por conseguinte, e em atenção às disposições legais aplicáveis, **CONVOCO** o recorrente, na condição de segundo colocado, para, após verificadas as condições de sua habilitação, ser declarado vencedor do certame, nos termos da proposta apresentada.

Intimem-se os licitantes observando as cautelas de praxe.

Publique-se, CUMPRA-SE.

Carmo-RJ, 17 de abril de 2023.

  
Ivan Lima Praxedes  
Presidente/Pregoeiro  
Portaria nº 243/2022